

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL

**“Relação entre Indicadores de Pobreza e Percepções
de Pobreza”**

Carla Sofia da Silva Carrapiço

Orientação: Prof. Doutora Rita Raposo e Prof. Doutor Carlos Farinha Rodrigues

Júri:

Presidente: Doutor João António dos Ramos Estêvão, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Vogais: Doutor João Alfredo dos Reis Peixoto, professor associado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Doutora Maria Rita Duarte Raposo, professora auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Doutor Carlos Alberto Farinha Rodrigues, professor auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Lisboa, Março de 2012

À memória de Fernando Carrapiço

Resumo

Em 2010, foi definida uma nova política de combate à pobreza e à exclusão na União Europeia assente na Estratégia Europa 2020. Neste contexto, o Eurostat definiu três indicadores para medir o fenómeno da exclusão social: 1) número de pessoas em risco de pobreza; 2) número de pessoas em situação de privação material; 3) número de pessoas entre 0-59 anos que vivem em agregados familiares cuja intensidade laboral *per capita* é muito reduzida. Este trabalho é suportado por um estudo de caso e pretende aferir se os indicadores de privação material definidos pelo Eurostat se adequam à realidade dos portugueses que vivem actualmente em situação de pobreza.

Palavras-chave: Pobreza, Exclusão Social, Privação Material, Risco de Pobreza, Intensidade Laboral, Estratégia 2020, Portugal.

Abstract

In 2010, a new anti-poverty policy was defined in European Union by the Europe 2020 strategy. Eurostat defined three indicators to measure the phenomenon of social exclusion: 1) the number of people considered “at risk of poverty”, 2) the number of materially deprived persons and 3) the number of people aged 0-59 living in a low work intensity household. This paper supported by a case study, aims to conclude if the material deprivation indicators defined by Eurostat fit the reality of the Portuguese who lives in poverty.

Keywords: Poverty, Social Exclusion, Material Deprivation, Work Intensity, 2020 Strategy, Portugal

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço aos meus pais por terem fomentado em mim o interesse em conhecer outras realidades. Agradeço à minha família, em especial ao meu avô Sebastião que me levou a conhecer os bairros pobres de Lisboa, onde ouvi inúmeras histórias e relatos que nunca esquecerei e que me inspiraram a estudar esta área.

Ao Tiago pelo carinho, apoio e pela troca de ideias constante.

Aos meus amigos e colegas de trabalho pelo incentivo e compreensão ao longo deste período da minha vida.

Um especial agradecimento à Prof. Rita Raposo e ao Prof. Carlos Farinha Rodrigues pelo interesse, orientação e apoio.

À CEBI – Fundação para Desenvolvimento Comunitário de Alverca, em especial ao Presidente da CEBI, Eng.º José Carmo, à Dr.^a Isabel Castanho, à Dr.^a Vera e à Dr.^a Maria do Rosário pela disponibilidade e apoio na organização da realização dos inquéritos aos Utentes do banco alimentar da Fundação.

Por último, aos Inquiridos pela disponibilidade e partilha de experiências tão enriquecedora.

Índice Geral

Resumo	3
Abstract	4
Agradecimentos	5
Índice Geral	6
Índice de Gráficos	7
Índice de Tabelas	7
Introdução	8
Capítulo I - Combate à Pobreza e Exclusão Social na União Europeia: Principais Políticas e Instrumentos	10
1.1. Políticas de Promoção da Coesão Social	10
1.2. Estratégia Europa 2020	11
1.2.1. No Contexto Europeu	11
1.2.2. Em Portugal	13
Capítulo II - Indicadores Síntese de Pobreza e Exclusão social na União Europeia	15
2.1. Risco de Pobreza	16
2.2. Privação Material	18
2.3. Intensidade laboral <i>per capita</i>	21
Capítulo III - Estudo de Caso	22
3.1. Fundação CEBI: Contextualização Histórica e Organizacional	22
3.2. Metodologia	23
3.3. Apresentação e Análise dos Resultados	25
3.3.1. Caracterização dos inquiridos	25
3.3.2. Caracterização do Agregado Familiar	31
3.3.3. Caracterização da privação material e considerações sobre a percepção da pobreza e da exclusão social	32
Conclusão	45
Referências Bibliográficas	48
Anexos	50
Anexo A	50
Anexo B	55

Índice de Gráficos

Gráfico 1- Distribuição por idades dos inquiridos	26
Gráfico 2- Distribuição por nível de escolaridade (%)	27
Gráfico 3- Distribuição por situação profissional (%)	29
Gráfico 4 - Risco de pobreza dos indivíduos em estudo, utilizando o limiar de pobreza definido pela União europeia.	30
Gráfico 5 - Percepção da situação do próprio inquirido – Pobreza subjectiva (%).....	33
Gráfico 6 - Privação material por item (%)	43

Índice de Tabelas

Tabela 1- Distribuição por Rendimento Líquido Mensal do agregado familiar	30
Tabela 2 - Pobreza objectiva vs Pobreza subjectiva	34
Tabela 3 - Indicadores de Privação Material.....	37

Introdução

O combate à pobreza e à exclusão social é actualmente um dos maiores desafios da nossa sociedade, uma vez que viver em situação de pobreza é estar incapacitado de exercer direitos fundamentais como ser humano. Esta visão da pobreza como violação dos direitos humanos permitiu complementar este conceito com outras dimensões da pobreza que não exclusivamente a monetária. Assim, surgiram outras dimensões da pobreza aproximadas à realidade vivida pelos pobres, observadas e avaliadas através de novos indicadores.

Em 2010, nos países da União Europeia uma em cada cinco pessoas viviam em risco de pobreza e quarenta milhões de pessoas viviam em situação de privação material considerada severa¹. Assim, em 2010 foi delineada uma nova estratégia de combate à pobreza e à exclusão na União Europeia, a estratégia Europa 2020. Esta estratégia tem como principal objectivo diminuir pelo menos em 200 mil pessoas o número de pessoas que vivem em situação de exclusão social até 2020. Cada país membro definiu os seus próprios objectivos e metas de forma a contribuírem para o objectivo traçado a nível europeu.

O principal objectivo deste trabalho é perceber se os indicadores de privação material definidos pelo Eurostat se adequam à realidade portuguesa. No estudo de caso apresentado neste trabalho analisa-se se os indicadores de privação material definidos pelo Eurostat medem eficazmente a privação material no grupo de estudo seleccionado.

A estrutura do trabalho está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo compreende uma primeira secção onde se realiza um breve enquadramento teórico das principais políticas de combate à pobreza e exclusão social da União Europeia. A segunda secção foca especialmente a Estratégia 2020. O segundo capítulo aborda os instrumentos de medição do fenómeno da exclusão social utilizados pela União Europeia – Indicadores Síntese de

¹ Ano de referência dos rendimentos 2009

Pobreza e Exclusão social – e apresenta alguns resultados estatísticos referentes a 2009. O terceiro capítulo é reservado à apresentação e análise dos resultados dos inquéritos aplicados a um conjunto de indivíduos referenciados como encontrando-se em situação de carência, utentes do banco alimentar da Fundação CEBI. Por último, serão apresentadas algumas conclusões.

Capítulo I - Combate à Pobreza e Exclusão Social na União Europeia: Principais Políticas e Instrumentos

1.1. Políticas de Promoção da Coesão Social

Desde o Tratado de Roma, assinado em 1957, que o desenvolvimento de políticas de promoção à coesão Social foi uma das principais preocupações dos Países Membros. O conceito de Pobreza foi definido pela primeira vez em 1975 pelo Conselho Europeu:

“as pessoas vivem em situação de Pobreza se o seu rendimento e os recursos que possuem não forem suficientes para manter um nível de vida aceitável pela sociedade onde vivem.”

Assim, estes indivíduos, devido à sua situação de Pobreza experimentam várias desvantagens como desemprego, baixo rendimento, habitações degradadas e cuidados de saúde inadequados. Estes indivíduos também enfrentam barreiras em relação ao acesso à educação/formação, à cultura e a outras actividades sociais.

Em 2005 foi publicado o documento “Social Policy Agenda for 2006-2010” que se tornou no documento chave da política de combate à pobreza e à exclusão social da União Europeia. O documento identifica as prioridades para a intervenção da União Europeia no desenvolvimento do modelo de Estado Social que promove também a coesão social.

Segundo o Eurostat (2010a), o combate à pobreza e à exclusão social deve assentar em três pontos-chave: 1) reconhecimento dos direitos das pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão social; 2) envolvimento de toda a comunidade na partilha da responsabilidade e na participação na luta contra a pobreza; 3) promoção da coesão social, evidenciando os benefícios da erradicação da pobreza para a sociedade.

1.2. Estratégia Europa 2020

1.2.1. No Contexto Europeu

A Estratégia Europa 2020 foi estabelecida pelo Conselho Europeu em Junho de 2010. Esta estratégia reforça a visão de um Mercado Económico Social Europeu. Segundo o Eurostat (2010c), esta estratégia tem como objectivo impulsionar a superação da actual crise económica através da promoção de uma economia sustentável e inclusiva.

A Estratégia Europa 2020 estabelece três prioridades que se reforçam mutuamente: 1) Crescimento Inteligente – desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação; 2) Crescimento Sustentável – promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; 3) Crescimento Inclusivo – fomentar uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.

Uma das suas principais metas é promover a inclusão social, através da redução da pobreza, diminuindo em 20 milhões o número de pessoas que estão em risco de pobreza e de exclusão, sendo que 23% da população da UE vivia em risco de pobreza em 2010. A caracterização da exclusão social foi definida com base em 3 indicadores:

- **Risco de Pobreza** – número de pessoas em risco de pobreza de acordo com a definição da União Europeia;
- **Privação Material** – número de pessoas materialmente privadas;
- **Intensidade laboral *per capita* muito reduzida** – número de pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, vivam em agregados familiares em que os adultos entre 18 os 59 anos, excluindo estudantes, trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Em 2009, segundo o Eurostat (2010b), cerca de 16,3% da população da União Europeia estava em risco de pobreza² depois das transferências sociais, 8,1% era materialmente privada³ (42 milhões) e 9% da população entre 0-59 anos (34 milhões) pertencia a um agregado familiar onde os adultos estiveram no ano passado desempregados na maioria do tempo⁴. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (2011), em Portugal, no ano de 2010, a proporção de indivíduos em risco de pobreza ou exclusão social, indivíduos em risco de pobreza ou intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação severa, era de 25,3%.

De acordo com o princípio da subsidiariedade, os Estados-membros são livres de definir as suas próprias metas de acordo com as prioridades nacionais. Como tal, o primeiro passo será efectuar uma avaliação rigorosa da situação actual de cada país em termos de pobreza e exclusão social. Assim que os objectivos nacionais estiverem traçados, é da responsabilidade do Comité Europeu de Protecção Social definir as metas a alcançar de forma a contribuir para os objectivos globais da estratégia. No entanto, os três indicadores síntese em cada país deverão ser monitorizados pela Comissão Europeia, uma vez que só desta forma será possível alcançar os objectivos comuns propostos em Junho de 2010.

Em 2010, ano em que se assinalou o Ano Europeu de Combate à Pobreza e à Exclusão Social, a Comissão Europeia (2010) definiu várias metas ao nível da União Europeia e dos estados membros para assegurar a coesão económica, social e territorial. Estas metas têm como principal objectivo o reconhecimento dos direitos fundamentais das pessoas em situação de pobreza e exclusão social e sensibilizar toda a sociedade para a necessidade de combater estes flagelos.

² Ver Anexo A.1.

³ Ver Anexo A.2.

⁴ Ver Anexo A.3.

Ao nível da Comissão Europeia foram instituídos os seguintes objectivos:

- Criar uma plataforma de coordenação para o combate da exclusão social e da protecção social que permita a avaliação das iniciativas e a troca de boas práticas;
- Conceber e executar programas de promoção da inovação social destinados aos grupos mais vulneráveis, em especial propondo às comunidades desfavorecidas soluções inovadoras em matéria de educação, formação e oportunidades de emprego para combater a discriminação;
- Realizar uma avaliação da adequação e sustentabilidade dos sistemas de protecção social e de pensões e identificar vias que permitam assegurar um melhor acesso aos sistemas de saúde.

Os Estados-Membros devem, segundo a Comissão Europeia:

- Promover a responsabilidade partilhada, colectiva e individual, na luta contra a pobreza e a exclusão social;
- Definir e aplicar medidas adaptadas às características específicas dos grupos de risco;
- Mobilizar plenamente os seus sistemas de segurança social e de pensões para assegurar os apoios adequados ao rendimento e o acesso aos cuidados de saúde.

1.2.2. Em Portugal

Em Portugal, a meta nacional de redução da pobreza é de pelo menos 200 mil pessoas em situação de pobreza até 2020. Esta meta, segundo o Conselho de Ministros (2011), será faseada nos três ciclos do Programa Nacional de

Reformas (2010-2013; 2014-2016 e 2017-2020). Pretende-se uma redução de 50 mil indivíduos em situação de exclusão social e de pobreza no primeiro ciclo, e de 75 mil indivíduos em cada um dos restantes. Os principais objectivos são promover a inclusão e a redução da pobreza e das desigualdades sociais através de acções ao nível de processos de qualificação e promoção da empregabilidade. Para atingir os objectivos propostos, o Governo Português pretende:

- Promover uma política de rendimentos, que contribua para a redução das desigualdades, através da negociação colectiva;
- Promover medidas que tenham impacto na redução dos níveis de pobreza dos trabalhadores, e dos níveis de pobreza infantil.
- Prevenir e reduzir a pobreza dos grupos especialmente vulneráveis, nomeadamente:
 - Das pessoas com deficiência, promovendo a sua integração profissional;
 - Dos desempregados não subsidiados, envolvendo 150.000 indivíduos nesta situação em medidas activas de emprego;
 - Dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção, promovendo a sua colocação em postos de trabalho ou em trabalho socialmente necessário, no envolvimento em acções de educação e formação profissional e em programas de formação de competências básicas, envolvendo cerca de 115.000 beneficiários;

Capítulo II - Indicadores Síntese de Pobreza e Exclusão social na União Europeia

O principal objectivo dos indicadores é identificar o nível de pobreza e exclusão social. Para tal é necessário avaliar o fenómeno, identificados os grupos mais vulneráveis. Importa referir que a quantificação do fenómeno e a sua análise dependerá sempre dos indicadores que são escolhidos. Por exemplo, a ‘incidência da pobreza’ é medida pela taxa de risco de pobreza tornando-a num indicador limitativo uma vez que não contempla toda a complexidade do fenómeno.

Para uma melhor e mais consistente medição desse fenómeno, os indicadores de pobreza convencionais que medem exclusivamente a pobreza monetária devem estar relacionados com indicadores de privação material. Estes indicadores medem o acesso a bens e serviços mensuráveis, como a capacidade de pagamento de despesas inesperadas, de férias fora de casa, de refeições variadas e ricas em proteínas (carne ou peixe) e a aquisição de bens (Aquecedores, Televisão, Telefone).

Segundo Pereirinha (1999), ao mencionar a pobreza apenas como escassez de recursos de um indivíduo, utiliza-se o “conceito em sentido estrito e limitado, referindo apenas o aspecto distributivo do fenómeno”. Importa então avaliar a dimensão material e relacional do fenómeno, uma vez que a exclusão social se refere à dificuldade de integração do indivíduo na sociedade.

Seguidamente, iremos analisar os Indicadores Síntese escolhidos pela União Europeia como base de partida para o combate à pobreza e à exclusão social, cumprindo assim os pressupostos da Estratégia 2020.

2.1. Risco de Pobreza

Para melhor entender a distribuição de rendimento e o risco de pobreza nos países da União Europeia podemos utilizar vários limiares de pobreza, sendo o mais utilizado pelo Eurostat a linha de pobreza, convencionada pela Comissão Europeia, que corresponde a 60% da mediana do rendimento equivalente por adulto.

A taxa de risco de pobreza dos países da União Europeia⁵ em 2009 foi de cerca de 16,3%, o que significa que 16,3% da população europeia tinha um rendimento médio anual abaixo dos 60% da média europeia. Em 2009, o país da União Europeia com maior risco de pobreza era a Letónia, ou seja, 25,7% da população tinha um rendimento inferior a média europeia enquanto a República Checa possuía a taxa de risco de pobreza mais baixa dos países da União Europeia, (8,6%)⁶. Quanto a Portugal, a taxa de risco de pobreza estava acima da média europeia, seja cerca de 17,9%

Segundo o INE (2010), a Intensidade da Pobreza: “corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem”. Em 2009, o rendimento médio dos indivíduos em risco de pobreza na União Europeia estava 22,4% abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento médio por indivíduo. Esta diferença é tendencialmente maior nos estados membros em que a percentagem de indivíduos em risco de pobreza é maior, como é o caso dos novos estados membros e dos países da Europa do sul.

A vulnerabilidade de um indivíduo face ao fenómeno da pobreza, medida pela taxa de risco de pobreza, varia conforme o sexo, o estado profissional, o nível de escolaridade e a idade.

⁵ **Taxa de risco de pobreza:** proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente. Definição segundo INE (2011)

⁶ Ver Anexo A.4

Em 2009, o risco de pobreza nas mulheres (17,1%) era mais elevado do que nos homens (15,4%) na União Europeia⁷. Em Portugal, em relação ao mesmo período, a taxa de risco de pobreza para as mulheres foi de cerca de 18,4% e a dos homens de 17,3%.

As crianças e os idosos são dois grupos muito vulneráveis à pobreza e à exclusão social. Em 2009, 19,6% das crianças dos países da UE estavam em risco de Pobreza. Importa salientar que, em 2009, na União Europeia a taxa de risco de pobreza das crianças é superior a taxa de risco de pobreza da população total da União Europeia em cerca de 3 pontos percentuais.

As crianças com maior risco de caírem em situação de pobreza são aquelas que pertencem a agregados familiares compostos por um progenitor solteiro e dois ou mais filhos. Segundo dados de 2007, o risco de pobreza de uma criança que pertença a um agregado familiar em que só existe um adulto é quase o dobro do risco de uma criança que viva com dois adultos. O risco de pobreza das crianças pertencentes a famílias numerosas também é mais alto que o risco médio dos restantes tipos de agregados familiares, sendo particularmente elevado em países como a Bulgária, a Roménia, a Letónia, Portugal e Itália. Também nos idosos a taxa de risco de Pobreza é superior à taxa de risco de pobreza na população total, cerca de 17,8% na União Europeia.

O Desemprego é um dos principais factores que agrava o risco do indivíduo cair numa situação de pobreza, uma vez que perde a capacidade de fazer frente às suas despesas. Nos países da União Europeia os desempregados são um grupo particularmente vulnerável, sendo a taxa de risco de pobreza deste grupo cerca de 45,3% em 2009. Em 2009, a taxa de risco de pobreza para os desempregados em Portugal foi inferior à europeia: 37%. Os reformados são também considerados um grupo de risco pois a maioria destes indivíduos sobrevive com pensões muito baixas. Cerca de 15,4% dos reformados da União Europeia estavam, em 2009, em risco de pobreza. Em Portugal a taxa de risco de pobreza para os desempregados foi

⁷ Ver Anexo A.5

superior (18,5%). Também, 8,4% da população empregada estava em 2009 em risco de pobreza devido a empregos instáveis, contratos de trabalho temporários e empregos por conta própria ou em part-time.

2.2. Privação Material

Considera-se que os indicadores de pobreza monetária mostram uma abordagem incompleta do fenómeno, negligenciando os factores multidimensionais da pobreza. Os indicadores de privação, apesar das dificuldades acrescidas da sua estimação, fornecem uma visão mais completa desse fenómeno, o que possibilita observar as várias dimensões da Pobreza e afastar a ideia de que a pobreza corresponde apenas à insuficiência de recursos monetários.

Em 2009, foram adoptados pela União Europeia novos indicadores de privação material. Segundo Rodrigues e Andrade (2010), esta nova mudança na análise da pobreza pela União Europeia está simultaneamente associada ao reconhecimento das limitações da taxa de risco de pobreza para caracterizar um fenómeno necessariamente multidimensional, e ao processo de alargamento da União Europeia para leste, o qual aumentou significativamente a heterogeneidade das condições de vida da população da União Europeia.

Por privação material entende-se a incapacidade de pagar/adquirir três dos seguintes itens (num total de nove): uma despesa inesperada; uma semana de férias por ano fora de casa; o pagamento de contas regulares relativas a despesas com habitação (renda, prestações de crédito, água, electricidade, etc), uma refeição rica em proteínas (carne ou peixe) pelo menos de dois em dois dias, aquecimento da habitação e a aquisição de bens como máquina de lavar, televisão, telefone e carro. Importa também referir o conceito de privação severa. Entende-se que existe privação severa quando o indivíduo não tem acesso a pelo menos 4 dos nove itens considerados pela União Europeia.

Segundo o Eurostat (2010d), em 2009, cerca de 9% da população dos países membros da União Europeia⁸ estava materialmente privada e 8,1% estava severamente privada. As estatísticas mais recentes sobre este tema demonstram as diferentes realidades entre os países membros. Os países que aderiram à UE em 2004 têm taxas de privação material e privação severa mais altas que os países pertencentes à UE-15. Tome-se por exemplo os casos do Luxemburgo, onde a taxa de privação material é de 2,9%, e o da Hungria onde é cerca de 20,1% (dados de 2009).

Quando analisada a privação severa, obtemos uma discrepância ainda maior entre as taxas de privação material severa nos países da União Europeia. Na Bulgária, 41,9% da população está severamente privada enquanto no Luxemburgo a taxa é 1,1%. No caso de Portugal, 12,4% da população é materialmente privada enquanto 9,1% vive numa situação de privação severa. Importa salientar que os portugueses em 2009 eram mais severamente privados que a média dos cidadãos da União Europeia.

Importa também relacionar o indicador de intensidade de pobreza, taxa de risco de Pobreza, com o indicador de privação material. Assim, 39% da população dos países membros da União Europeia em risco de pobreza estava privada materialmente em 2007. Esta percentagem acresce quando analisamos em particular países como a Roménia (85%) e a Bulgária (94%). Em Portugal, a taxa de intensidade da pobreza reduziu de 23,6% (2008) para 22,7% (2009), verificando-se possíveis melhorias na insuficiência de recursos dos indivíduos.

Considera-se que a intensidade da privação material de um indivíduo é a média dos itens definidos pela UE de que um indivíduo está privado. Em 2009, a intensidade de privação material na União Europeia era de 3,8 sendo que em Portugal foi muito similar (3,7).

Através da análise das taxas de privação material e de privação severa dos países da União Europeia, é visível a heterogeneidade existente na Europa quando falamos da condição de vida das populações. É importante entender se

⁸ Ver anexo 2

os 9 itens referenciados como indicadores de referência para a medição da privação se adequam às várias realidades que existem nos 27 países da União Europeia, assim como, também, relacioná-los com a taxa de risco de pobreza. Segundo dados de 2007, 62% dos indivíduos em risco de pobreza têm dificuldades em pagar despesas não previstas; 65% não consegue pagar uma semana anual de férias fora de casa; 21% não consegue manter a habitação aquecida; 22% não possui carro; 7% não possui máquina de lavar roupa; 6% telefone e 2% televisão a cores.

Em Rodrigues e Andrade (2010), é utilizado o conceito de “pobreza consistente”, referindo-se aos indivíduos expostos tanto à pobreza como à privação material, representando estes cerca de 8,5% da população portuguesa em 2007. Os autores mencionam também que os itens utilizados pela União Europeia são tidos como de igual de importância para a sobrevivência dos indivíduos, tendo assim o mesmo peso no cálculo da privação material. Questionam assim a importância das variáveis e a sua importância para a sobrevivência dos indivíduos, como, por exemplo, o acesso a alimentação ou o acesso a férias. Para os autores é necessário considerar o impacto, na melhoria das condições de vida dos indivíduos, das diversas variáveis que medem a privação.

A definição de privação material torna-se quase básica na medida em que se traduz numa soma simples de algumas variáveis. Os autores concluem que o indicador de medição de pobreza é eficaz pois consegue medir eficazmente o fenómeno da pobreza em Portugal, no que diz respeito à incidência e intensidade do fenómeno. Para os mesmos autores, é necessário rever a metodologia utilizada na medição da pobreza através dos indicadores de medição da privação material. Concluem assim ser necessário rever se os 9 indicadores utilizados serão os mais adequados para medir a Pobreza e a privação material nos países da União Europeia.

2.3. Intensidade laboral *per capita*

O terceiro indicador chave da estratégia Europa 2020 é a Intensidade laboral *per capita* muito reduzida dos agregados familiares. Segundo o INE (2011), existe intensidade laboral *per capita* muito reduzida quando uma pessoa com menos de 60 anos, num determinado período de referência do rendimento, vive num agregado familiar em que os adultos entre 18 os 59 anos, excluindo estudantes, trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

O nível de intensidade laboral é o factor determinante para um indivíduo acumular uma situação de pobreza monetária com privação material. Em 2009, na União Europeia as pessoas com menos de 60 anos a viverem em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida correspondiam a 9% da respectiva população. Em Portugal, o valor correspondia a 8,6%, sendo superior em 1,7 p.p. relativamente ao ano de 2008. Em agregados familiares onde todos os indivíduos estão desempregados existe maior risco da pobreza coexistir com a privação material.

Viver num agregado familiar onde predomina o desemprego condiciona a vida dos seus membros, em particular das crianças pois tem impacto directo nas suas actuais e futuras condições de vida. Nos países membros da União Europeia, cerca de 1,8% das crianças, em 2009, viviam em agregados familiares desempregados. Quando se relaciona a intensidade laboral dos agregados familiares com o número de dependentes de cada um podemos concluir que o risco de pobreza é maior nos agregados familiares com indivíduos dependentes.

Capítulo III - Estudo de Caso

Este Estudo de Caso pretende analisar se os indicadores de privação material definidos pelo Eurostat são adequados para a medir a privação material num grupo específico de indivíduos que actualmente vivem numa situação de carência, ou se, pelo contrário, a sua aplicação levanta dúvidas.

Este capítulo encontra-se dividido em três secções principais. Na primeira secção apresenta-se uma contextualização histórica e organizacional da Fundação CEBI. Na segunda secção é descrito o método utilizado para a análise da temática. Na terceira e última secção são apresentados os resultados dos inquéritos realizados.

Recolheu-se informação junto de um grupo de indivíduos que recorrem actualmente à Ajuda Alimentar prestada pela Instituição Particular de Solidariedade Social, CEBI – Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca. Assim, foram realizados 29 inquéritos presencialmente aos utentes da Ajuda Alimentar da Fundação CEBI.

3.1. Fundação CEBI: Contextualização Histórica e Organizacional

A Fundação CEBI é uma instituição sem fins lucrativos cuja actividade se desenvolve em Alverca. Foi criada em 1968 pelo Sr. José Álvaro Vidal e inicialmente funcionava como Jardim de Infância. Mais tarde em 1992 passou a ser designado como CEBI – Centro Comunitário de Alverca do Ribatejo onde funcionavam as valências de creche, pré-escolar, ensino primário e lar de idosos. Em 1995, passou a ter o estatuto de Fundação, CEBI – Fundação para o Desenvolvimento Comunitário. Um dos principais objectivos da Fundação CEBI é a promoção da solidariedade social através do combate à pobreza e à exclusão social. A Fundação CEBI actualmente intervém junto da comunidade nas áreas da acção social, educação e saúde. Importa destacar as actividades da Instituição na área da acção social onde está integrado o apoio alimentar.

Actualmente, o Banco Alimentar da Fundação CEBI apoia 150 famílias e distribui em média 11 toneladas de alimentos por ano. Cada família tem direito a um capaz de bens que é atribuído de acordo com a composição do agregado familiar. Semanalmente são distribuídos alimentos frescos e duas vezes por mês são entregues mercearias.

Em 2009, segundo dados da CEBI, 38% das famílias apoiadas eram famílias monoparentais e 43% das famílias apoiadas tinham crianças e jovens com idades até aos 16 anos. Em termos da composição do agregado familiar, 53% são famílias com 2 ou 3 pessoas; 30% são famílias com 4 ou 5 pessoas; 4% são famílias com mais de 6 pessoas; e 13% são indivíduos que vivem isolados.

Para além do apoio familiar é frequente que as famílias usufruam também de acompanhamento psicológico e de acção social escolar. É ainda de referir que alguns dos utentes do banco alimentar estão empregados na Empresa de Inserção Fundação CEBI, criada em 2000, onde se integram trabalhadores em processo de inserção social.

3.2. Metodologia

A metodologia utilizada para a concretização do objectivo da investigação que consiste em demonstrar se os indicadores de medição da pobreza e da exclusão social utilizados pela União Europeia reflectem ou não as preocupações quotidianas dos indivíduos em situação de Pobreza, assenta nos seguintes pontos:

- 1) Definição das principais questões de investigação;
- 2) Escolha do universo de análise e de um grupo de estudo;
- 3) Escolha e construção do instrumento de análise: inquérito por questionário;

4) Aplicação presencial do questionário;

5) Análise dos resultados obtidos no inquérito.

O estudo de caso teve como base de partida a formulação de duas questões principais:

- Serão os indicadores de privação material definidos pelo Eurostat os mais indicados para medir a privação material em qualquer grupo de estudo?
- Deverão estes indicadores ser adequados à diversidade das realidades a que se aplicam.

Foram também formuladas questões secundárias que serviram de suporte às questões principais e que guiaram a recolha e o tratamento de dados.

O universo de estudo compreendeu as 150 famílias utentes do banco de ajuda alimentar da CEBI – Fundação para o Desenvolvimento Comunitário de Alverca. O grupo de estudo é composto por 29 indivíduos representantes de 29 agregados familiares.

O instrumento de análise escolhido foi o inquérito por questionário. Através da aplicação deste pretendeu-se recolher dados que caracterizassem o grupo de estudo e os agregados familiares, como também, conhecer as dificuldades sentidas por estes no dia-a-dia, a percepção que têm sobre a sua situação socioeconómica e as suas expectativas quanto ao futuro.

A estrutura do questionário contempla 3 grupos distintos de elementos:

- 1º Grupo: Caracterização dos inquiridos: local de residência, sexo, idade, naturalidade, grau de escolaridade, actividade profissional, rendimento mensal líquido.
- 2º Grupo: Caracterização do agregado familiar (nº de pessoas que constituem; nº de crianças, nº de desempregados).
- 3º Grupo: Caracterização da privação material e considerações sobre a percepção da pobreza e da exclusão social.

Através da análise dos resultados obtidos no inquérito, pretendeu-se avaliar a adequação dos indicadores de privação material definidos pelo Eurostat para medir a privação material e a privação severa neste grupo de estudo. De igual modo, procurou-se saber se com base nas opiniões e nos relatos das experiências dos indivíduos do grupo de estudo, se poderiam sugerir outras dimensões da pobreza para análise.

Os questionários foram aplicados presencialmente nas instalações da CEBI de forma a obter-se uma maior familiaridade com a realidade estudada e os seus inquiridos. Foi garantido o anonimato. Aquando da aplicação dos questionários, cuja dinâmica se aproximou da técnica da entrevista, foi possível obter informação adicional relevante para este trabalho, nomeadamente por intermédio do aprofundamento das questões do questionário e do surgimento de diversos outros elementos introduzidos pelos próprios inquiridos.

3.3. Apresentação e Análise dos Resultados

3.3.1. Caracterização dos inquiridos

O Banco de Ajuda Alimentar da CEBI está situado na Freguesia de Alverca do Ribatejo, como tal, a sua área de intervenção situa-se na freguesia de Alverca do Ribatejo e nalgumas freguesias vizinhas. Os inquiridos habitam na sua maioria (26) na freguesia de Alverca do Ribatejo. Os restantes habitam

em freguesias vizinhas pertencentes ao mesmo Concelho, Vila Franca de Xira (3).

O grupo de estudo é composto por 29 inquiridos, 28 elementos do sexo feminino e 1 elemento do sexo masculino. Salienta-se que são, habitualmente, os elementos femininos do agregado familiar (indivíduo de referência) que se dirigem, semanalmente, ao Banco de Ajuda Alimentar da Fundação CEBI para recolher os bens alimentares. O único elemento masculino do grupo inquirido referiu que se dirigiu naquela data ao banco alimentar por pedido da esposa, pois é ela que habitualmente recolhe os alimentos no banco alimentar. Salienta-se que é o elemento feminino adulto do agregado familiar que habitualmente estabelece contacto com a instituição para que possa receber ajuda.

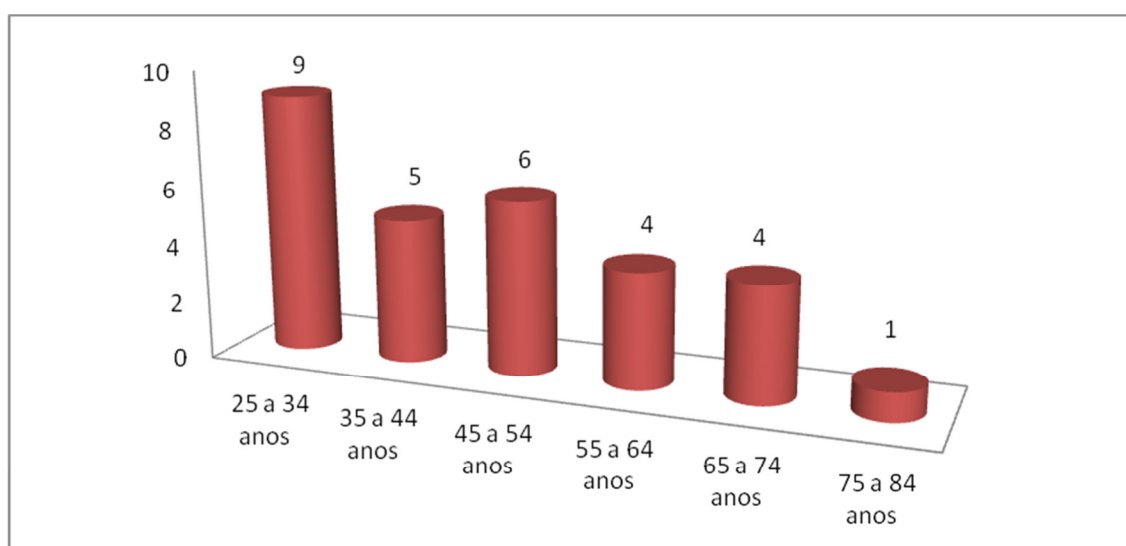


Gráfico 1- Distribuição por idades dos inquiridos

Em relação à distribuição por classe etária dos inquiridos, a sua maioria situa-se entre os 25 e 34 anos (9), como se pode observar no gráfico 1. A segunda classe com maior peso é a que corresponde aos indivíduos entre os 45 e 54 anos (6), seguida pela classe 35-44 anos (5). Seguidamente apresentam-se as classes com indivíduos entre 55-64 anos (4) e 65-74 anos (4). Apenas um inquirido tem idade compreendida entre os 75 e 84 anos. Conclui-se que a maioria dos indivíduos inquiridos tem menos de 55 anos.

Cerca de vinte inquiridos tem nacionalidade Portuguesa (20). Os restantes nove utentes inquiridos têm outras nacionalidades, tais como brasileira, angolana, cabo-verdiana e guineense.

A distribuição por nível de escolaridade é bastante heterogénea, como se pode observar no gráfico 2. Cerca de 24% dos inquiridos não terminou o ensino básico (9º ano escolaridade). Cerca de 14% dos inquiridos afirmou ter completado o ensino secundário. Estes indivíduos são na sua maioria mulheres jovens entre os 25 e os 34 anos. Apenas 7% dos inquiridos completou a escolaridade mínima obrigatória em Portugal (9º ano), importando referir que 2 casos o fizeram através do Programa Novas Oportunidades. Quanto ao segundo ciclo de escolaridade, 14% dos entrevistados completou-o enquanto 3% não o acabou. Completaram o 1º ciclo do Ensino Básico, vulgo ensino primário, cerca de 10% dos inquiridos, sendo que 7% não o terminou. Os Analfabetos correspondem a cerca de 14% dos inquiridos e são na sua maioria reformados com idade superior a 65 anos. Apenas 3% dos inquiridos terminou uma Licenciatura. Podemos então concluir que, na generalidade, os indivíduos inquiridos são letrados (86%).

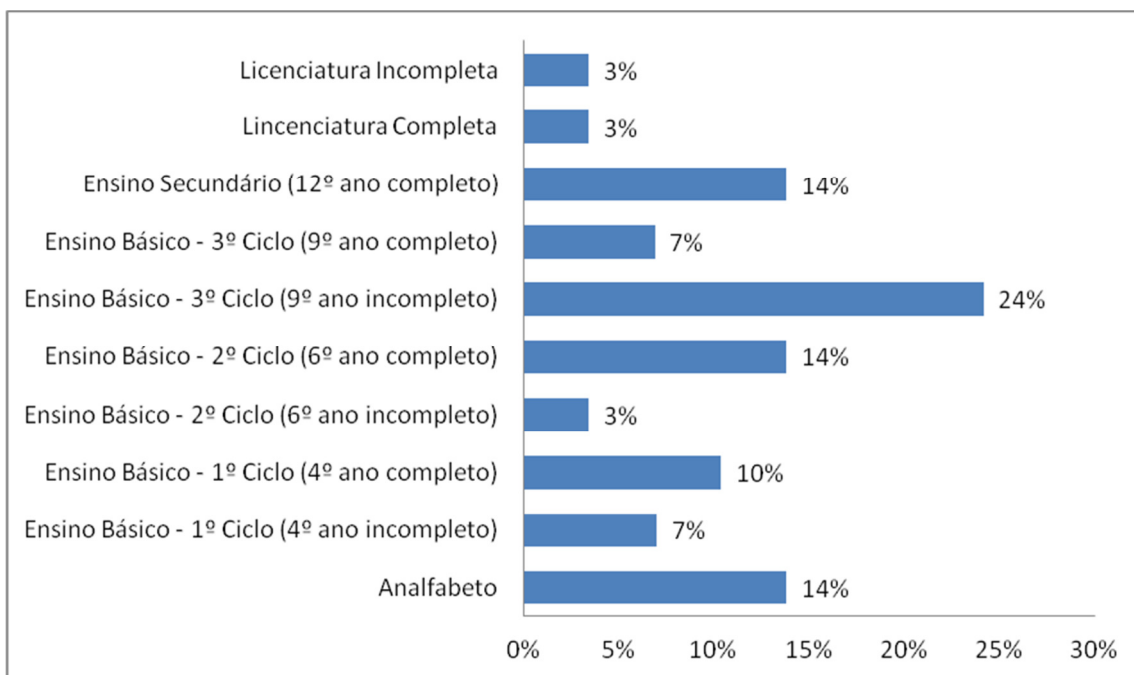


Gráfico 2- Distribuição por nível de escolaridade (%)

Quanto ao estado civil o grupo mais numeroso é o dos solteiros (8). São essencialmente mulheres jovens (25-34 anos) e com filhos menores ao seu encargo. Os inquiridos cujo estado civil é casado (6) são mulheres acima dos 34 anos com pelos menos 2 filhos. Quanto aos viúvos (6) são na sua maioria pessoas idosas, com mais de 65 anos, que vivem sozinhas. Tal como os indivíduos casados, os inquiridos que vivem em união de facto (4) e os divorciados (4) são indivíduos que pertencem a agregados familiares com mais de 2 filhos menores. Apenas um inquirido pertence à categoria 'separado de facto'.

Como se observa no gráfico 3, 31% dos inquiridos estão desempregados, sendo que a sua maioria (67%) têm habilitações inferiores ao 12º ano. A classe dos 'trabalhadores não qualificados' representa 28% dos inquiridos. Estes desempenham essencialmente funções ao nível de empregadas de limpeza. A percentagem de inquiridos reformados é cerca de 24% – dentro desta categoria são considerados quer os reformados por idade quer os reformados por doença/invalidez. No grupo de estudo existe uma pequena percentagem de indivíduos que desempenha funções como Pessoal dos Serviços e Vendedores e outra pequena percentagem de pessoas que são domésticas. Por último, cerca de 3% são 'Especialistas das Profissões Intelectuais', coincidindo com os indivíduos com mais habilitações académicas do grupo de estudo em análise.

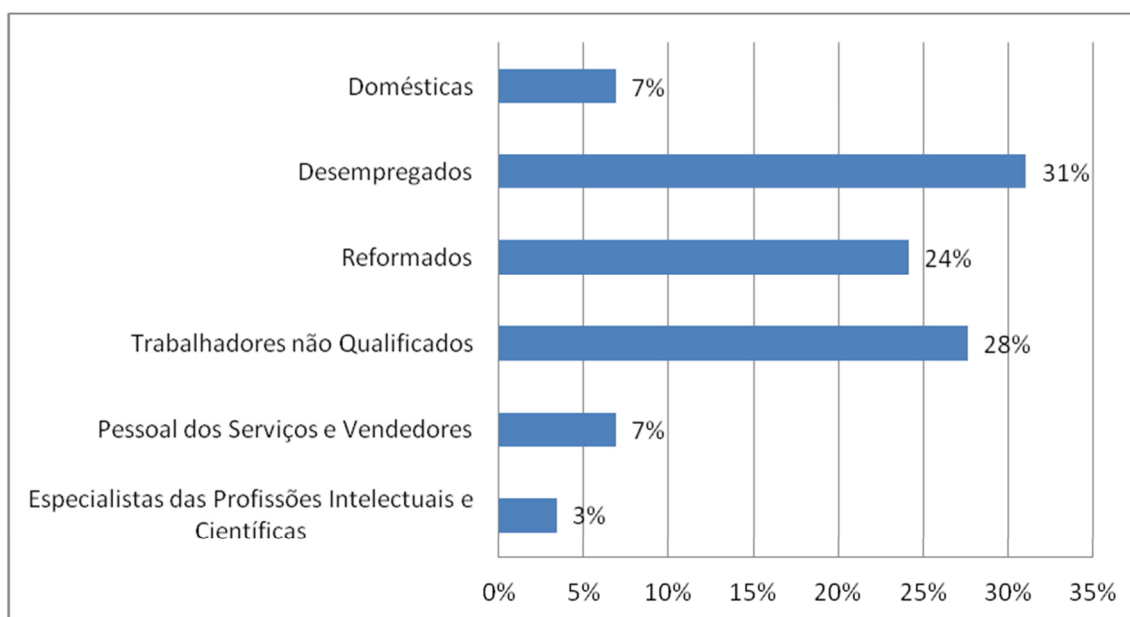


Gráfico 3- Distribuição por situação profissional (%)

Importa agora caracterizar o grupo em estudo a partir do rendimento. Para além de se apresentar o rendimento mensal médio do agregado familiar será também analisado, através do cálculo do rendimento equivalente, o risco de pobreza do grupo em estudo. A maioria dos inquiridos pertence a um agregado familiar onde é auferido mensalmente um rendimento líquido entre os 305 e os 600 euros. Em seguida, temos 8 indivíduos cujo rendimento mensal líquido do agregado familiar é menos de 305 euros e que são maioritariamente reformados. Os agregados familiares com rendimento mensal líquido mais alto são agregados familiares compostos por mais de 3 elementos e com crianças. Os baixos rendimentos destes indivíduos são justificados pelo desemprego, as baixas reformas e a precariedade do mercado de trabalho. Os inquiridos desempregados vivem exclusivamente do subsídio de desemprego, quando estão contemplados, ou então do rendimento social de inserção. Apenas os 5 indivíduos desempregados e que recebem o rendimento social de inserção frequentam programas de formação inicial e contínua. É de referir, também, que os contratos de trabalho temporário e o trabalho a part-time trazem insegurança a estes indivíduos e aos seus agregados familiares. A maioria dos inquiridos empregados auferem o ordenado mínimo nacional, seja cerca de 485 euros.

Rendimento Líquido Mensal do Agregado Familiar	Nº de Agregados Familiares
< € 305	8
De € 305 a € 600	16
De € 605 a € 997	5

Tabela 1- Distribuição por Rendimento Líquido Mensal do agregado familiar

Em média, o rendimento mensal por adulto equivalente⁹ deste grupo de estudo, isto é, o rendimento ajustado à dimensão e à composição do agregado familiar, é aproximadamente de 233 euros. Concluímos assim que 96% dos indivíduos que constituem o grupo de estudo têm rendimentos mensais ajustados que se situam abaixo do limiar de pobreza (considerado em 2009 como correspondendo a cerca de 434 euros mensais, segundo dados do INE). Verifica-se que a taxa de risco de pobreza do grupo de indivíduos em estudo é de cerca de 96%.

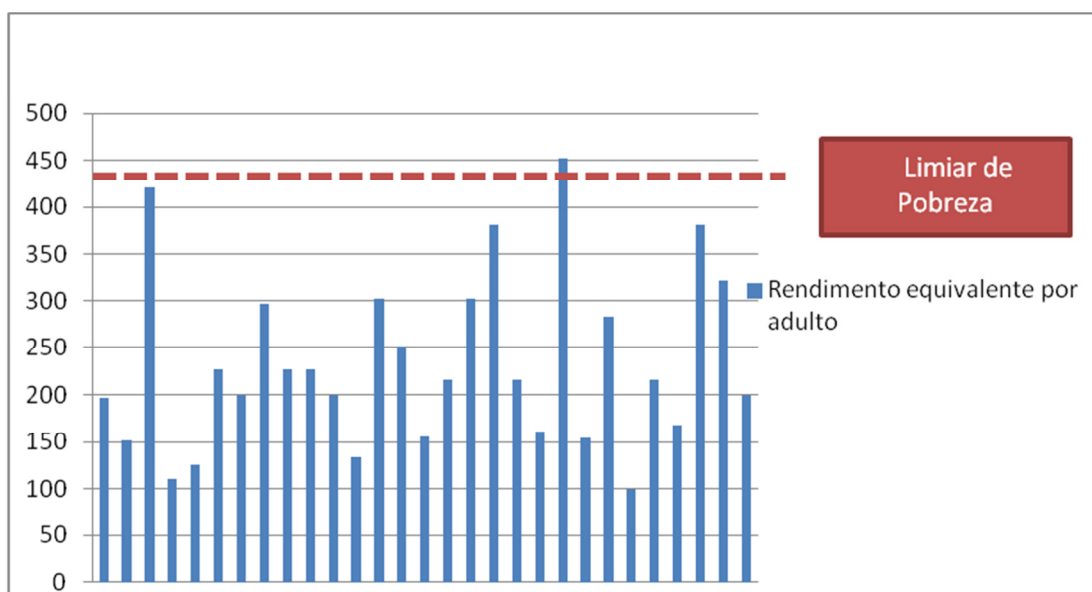


Gráfico 4 - Risco de pobreza dos indivíduos em estudo, utilizando o limiar de pobreza definido pela União Europeia.

⁹ Segundo o INE (2011), o cálculo do rendimento equivalente é obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes” utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE.

Podemos concluir através do Gráfico 4 que 28 dos 29 inquiridos estão em risco de pobreza, uma vez que o rendimento equivalente do agregado familiar está abaixo do limiar de pobreza definido actualmente em Portugal (como visto, cerca de 434 euros mensais). Salienta-se que todas as crianças dependentes (16) dos indivíduos que compõem o grupo de estudo vivem em agregados familiares com rendimentos inferiores à linha de pobreza.

Deve ainda notar-se que a taxa de risco de pobreza mede apenas a privação monetária dos agregados familiares em estudo, pois é calculado apenas com recurso ao rendimento monetário. Assim, posteriormente, no ponto três deste capítulo serão analisados outros indicadores de forma a complementar esta análise.

3.3.2. Caracterização do Agregado Familiar

Existem neste grupo de estudo dezasseis agregados familiares com crianças, que perfazem um total de trinta e quatro. A situação familiar mais comum é a existência de duas crianças por agregado familiar. No entanto, importa referir que em nove dos dezasseis agregados familiares com crianças existe pelo menos uma pessoa desempregada. No grupo de estudo existem ainda agregados cujas crianças estão entregues a instituições, sendo de reforçar que os agregados familiares com crianças neste grupo de estudo estão todas em risco de pobreza.

Em cerca de quinze dos vinte e nove agregados familiares estudados, existe pelo menos uma pessoa desempregada, tratando-se na maioria de indivíduos do sexo feminino.

Os agregados familiares estudados habitam na sua maioria em casa arrendada (23). Cerca de 35% dos inquiridos referiu que a sua casa está em condições muito degradadas, principalmente com problemas de isolamento térmico e humidade (os quais, em alguns casos, prejudicam gravemente o estado de saúde dos seus habitantes). É relatado como sendo frequente o

pedido de realização de obras aos senhorios se revelar ineficaz e as situações se arrastarem durante muitos anos. Muitos dos inquiridos afirmam optar por concorrer a habitação social camarária quando já não podem pagar a renda ou quando a habitação está muito degradada e não existe a possibilidade de efectuar obras.

Através da aplicação do inquérito, percebeu-se que as situações de pobreza de muitos dos agregados familiares estudados decorrem de alterações do próprio agregado familiar, como o falecimento de um dos cônjuges ou dos pais, divórcio ou separação, doença do próprio ou dos elementos do agregado familiar.

3.3.3. Caracterização da privação material e considerações sobre a percepção da pobreza e da exclusão social

Em relação à própria situação dos inquiridos, a percepção sobre a sua situação actual é bastante diferenciada, como podemos perceber no Gráfico 5. Cerca de 38% dos indivíduos afirmam viver em situação de pobreza, 35% numa situação de quase pobreza e 10% numa situação de miséria. Apenas 17% afirmam viver numa situação suportável, ou seja, com algum conforto, o que sugere que certos indivíduos têm maior dificuldade em admitir que vivem numa situação de maior carência ou mesmo de pobreza ou que, então, já se habituaram a viver em situação de carência o que condiciona a sua percepção da pobreza. Importa referir que a percepção que o próprio indivíduo tem sobre a sua situação de pobreza é designada como pobreza subjectiva. Podemos concluir que 48% dos inquiridos consideram que vivem em situação de pobreza ou de miséria (pobreza subjectiva).

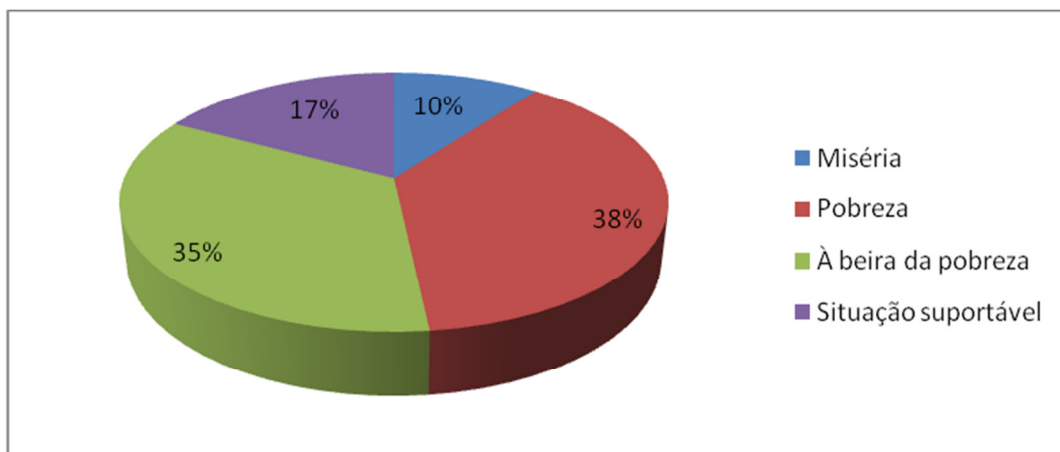


Gráfico 5 - Percepção da situação do próprio inquirido – Pobreza subjectiva (%)

Anteriormente verificou-se que existem indivíduos neste grupo de estudo que se classificam como pobres (pobreza subjectiva). Assim, importa saber se existe correspondência entre as condições subjectivas e objectivas da pobreza neste grupo em análise. Para o efeito, foi necessário recorrer a dados utilizados anteriormente, como o rendimento equivalente e a taxa de risco de pobreza.

Segundo Rodrigues (1999), surgem dicotomias quando analisamos o fenómeno da pobreza, reflexo da sua complexidade: tome-se, como simples exemplo, o caso pobreza objectiva vs pobreza subjectiva. A pobreza objectiva utiliza um padrão de referência, associado ao limiar da pobreza que tipifica as situações de pobreza. Já a pobreza subjectiva mostra as “construções sociais representativas do fenómeno da pobreza pelos indivíduos em causa, ou seja, a capacidade dos indivíduos avaliarem o seu grau de pobreza relativamente a um patamar de bem-estar desejável” (pp.67).

Através da análise da tabela 2 podemos verificar que três indivíduos classificam a sua situação de carência como ‘miséria’, verificando-se que objectivamente são pobres já que o rendimento que auferem está abaixo da linha de pobreza¹⁰ definida actualmente. Apenas metade dos 28 indivíduos

¹⁰Segundo o INE (2011), a linha de pobreza é aquela abaixo da qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% do rendimento por adulto equivalente de cada país.

anteriormente identificados como pobres, consideram que vivem actualmente em situação de pobreza ou miséria. Os restantes indicam viver 'à beira da pobreza' ou numa 'situação suportável'. Este facto é bastante preocupante pois indica que metade dos inquiridos tem uma visão distorcida da própria situação em que vivem, ou seja, objectivamente são pobres mas subjectivamente não se consideram como tal.

Importa também referir que no grupo do estudo apenas um indivíduo não é considerado pobre, uma vez que auferia rendimentos um pouco acima da linha da pobreza. No entanto, esse indivíduo tem plena consciência da fragilidade da sua situação, pois durante a aplicação do inquérito referiu considerar-se à beira da pobreza. Salienta-se também que a caracterização objectiva da situação de pobreza de um indivíduo é condicionada pela utilização do limiar de pobreza previamente definido.

		Pobreza subjectiva			
		Miséria	Pobreza	À beira da pobreza	Situação suportável
Pobreza Objectiva	Pobre	3	11	9	5
	Não Pobre	0	0	1	0

Tabela 2 - Pobreza objectiva vs Pobreza subjectiva

Foi identificado pelos inquiridos como principal problema recorrente da sua condição, a incapacidade de fazer face a despesas não previstas. Durante a aplicação do inquérito foi referido por vários indivíduos que a sua grande preocupação é a incapacidade para adquirir os medicamentos prescritos inesperadamente ao agregado familiar. Muitas vezes recorrem ao crédito financeiro para pagar os medicamentos, ficam com dívidas na farmácia ou então optam por não comprar todos os medicamentos necessários. Nos casos

dos agregados com crianças ou pessoas com doença crónica é-lhes dada normalmente prioridade na compra de medicamentos.

Como apresentado em seguida, e por ordem de importância decrescente, foi mencionada a incapacidade de suportar as despesas associadas à educação, em particular no início do ano escolar. No entanto, importa referir que a maioria dos inquiridos recebe apoio na educação dos filhos quer pelo sistema de SASE das escolas públicas quer pela Fundação CEBI, onde pagam mensalidades ajustadas aos seus rendimentos. Ainda assim, referem ter dificuldade em pagar as mensalidades todos os meses.

A terceira dificuldade mais mencionada é a incapacidade de cumprir com o pagamento de despesas habituais como renda, água, electricidade, passe social, etc. Importa referir que na maioria dos casos os rendimentos auferidos por estes indivíduos são quase na sua totalidade para pagar a renda da casa onde habitam. Estes indivíduos indicam que recorrem muitas vezes ao pagamento em parcelas da conta da electricidade. Outra despesa mencionada e com grande peso no orçamento familiar são os passes sociais necessários para o agregado familiar, principalmente para os indivíduos cujo local de trabalho não coincide com o da residência.

A aquisição de alimentos ricos em proteínas, como peixe e carne, torna-se difícil com rendimentos tão baixos. Aquando da aplicação dos inquéritos foi possível perceber que os agregados familiares com crianças se esforçam para conseguir manter uma dieta diária alimentar com carne e peixe pelo menos para as crianças, enquanto os agregados familiares compostos exclusivamente por adultos indicaram que não comem carne ou peixe todos os dias e que tentam na sua maioria subsistir com os alimentos que recolhem no banco alimentar da Fundação CEBI.

Em seguida, foi indicado como outro problema recorrente a incapacidade de pagar despesas médicas, fora do Serviço Nacional de Saúde, já que a maioria dos inquiridos está isenta do pagamento das respectivas taxas

moderadoras. Por último, foi considerado como problema do quotidiano, a incapacidade de adquirir electrodomésticos e equipamentos electrónicos, de adquirir uma semana de férias fora de casa ou de desfrutar de actividades de lazer como cinema, teatro, etc...

Quando inquiridos sobre a quem pedem ajuda perante as situações descritas na análise dos resultados da pergunta anterior, 35% dos inquiridos indica que recorre exclusivamente à ajuda da Fundação CEBI, nomeadamente ao banco alimentar, ao banco de roupa e ao apoio social e psicológico. Porém, 32% recorrem ao apoio da família, nomeadamente dos pais ou dos filhos (no caso dos idosos). Cerca de 20% recorre ao apoio de amigos, tratando-se na sua maioria de imigrantes sem família próxima em Portugal. 8% dos inquiridos pede ajuda a vizinhos e 5% admite recorrer aos colegas de trabalho.

No inquérito, foram apresentados aos inquiridos os 9 indicadores de privação material estabelecidos pela UE. Posteriormente, foi-lhes pedido que os ordenassem de acordo com as suas prioridades quotidianas.

Obtivemos a seguinte ordenação apresentada na Tabela 3.

Indicador de Privação Material	Ordenação
Pagar a renda da casa e outras despesas (água, electricidade)	1
Comer uma refeição de carne e peixe de 2 em 2 dias	2
Conseguir fazer face a despesas não previstas	3
Ter televisão a cores	4
Ter telefone Fixo	5
Pagar o aquecimento da casa	6
Ter máquina de lavar	7
Ter carro próprio	8
Passar uma semana de férias fora de casa	9

Tabela 3 - Indicadores de Privação Material

Os inquiridos indicaram o pagamento da renda e das outras despesas associadas à casa como a sua prioridade quando recebem o rendimento mensal. Importa salientar que o pagamento destas despesas tem um grande peso no orçamento familiar.

Em segundo lugar, os inquiridos indicam a capacidade de fazer uma refeição de carne e peixe diariamente. Embora indiquem “comer uma refeição de carne e peixe de 2 em 2 dias” como segunda prioridade, foi perceptível durante a aplicação do inquérito que com rara excepção isso acontece.

Conseguir fazer face às despesas inesperadas é uma das principais prioridades dos inquiridos, mas, devido à sua fraca capacidade de poupança, torna-se bastante difícil consegui-lo.

A televisão e o telefone são os bens/serviços mais importantes para os inquiridos, uma vez que é na televisão que a maioria encontra a sua única actividade de lazer e no telefone o meio de contacto mais utilizado.

Em sexto lugar, foi considerado o aquecimento da habitação, exclusivamente no Inverno, pois na sua maioria as habitações deste grupo de indivíduos têm problemas de isolamento térmico e de humidade.

Por último, foram considerados os aspectos “Ter máquina de lavar”, “Ter carro próprio” e “Passar uma semana de férias fora de casa”, respectivamente. Os inquiridos consideram estes três itens como supérfluos, referindo que com rendimentos tão baixos não têm capacidade para adquirirem estes bens/serviços quando existem necessidades mais prioritárias.

Partindo da ordem em que os inquiridos hierarquizaram as necessidades que lhes foram apresentadas, concluímos que em primeiro lugar os indivíduos indicam o que para eles é estritamente necessário. Ter uma casa com o mínimo de condições, com água e luz, torna-se o mais importante para estes indivíduos. Muitos inquiridos referiram que “ter um tecto com água e luz onde possam viver” e “não ficar sem um tecto para a família “ é o que os mais preocupa e que “todo o resto se vai ajeitando”. Foi possível também obter relatos de quem já teve habitação própria e que, por incumprimento do pagamento do respectivo crédito, optou por entregar a casa à entidade bancária e arrendar uma habitação: porque “a renda é mais barata e caso alguma coisa corra mal é mais fácil mudar para uma casa mais barata do que faltar com o pagamento”. Os motivos que levaram a esta opção prendem-se essencialmente com o desemprego do elemento do agregado familiar com maior rendimento monetário.

Comer uma refeição de carne e peixe também se torna especialmente importante nos agregados familiares com crianças. Os indivíduos do grupo de estudo demonstraram enorme preocupação em assegurar que as suas crianças façam uma alimentação equilibrada. Muitos referiram que “põem de parte dinheiro para comprar carne e peixe” e que “muitas vezes fazem carne ou peixe para as crianças e os adultos comem sopa e pão”. Nos agregados familiares sem crianças foi possível concluir que comem apenas o que vão buscar ao banco alimentar, frescos e mercearias, fazendo só uma refeição de carne ou peixe uma vez por semana. Concluí-se que para estes indivíduos combater a carência alimentar dos filhos é uma das principais “lutas” do seu dia-a-dia.

Através do nosso inquérito percebemos que ter capacidade financeira para pagar uma despesa não prevista é uma das principais preocupações dos inquiridos. Durante a aplicação dos questionários foi referido muitas vezes que “gostariam de poder poupar para quando surgem despesas que não se espera” porque é “íngrato ficar a dever ou pedir dinheiro emprestado”. Quando surgem estas despesas inesperadas muitos referiram que “pediam para pagar em pequenas parcelas” ou então “ficavam a dever até receberem o subsídio de férias ou de Natal”. As despesas com saúde inesperadas normalmente associadas à descoberta de uma doença crónica num dos elementos do agregado familiar preocupam bastante estes indivíduos. Uma das mulheres inquiridas contou que um dos filhos é asmático e que as despesas mensais com tratamentos (cerca de 150 euros) pesam muito no orçamento familiar, referindo que “é preciso fazer uma grande ginástica para conseguir que nada falte ao meu filho”. Uma das idosas inquiridas referiu que actualmente teve de recorrer ao crédito bancário para pagar as suas despesas de saúde pois não tinha outra forma para continuar os tratamentos de saúde que necessitava. Também uma outra idosa recorreu ao crédito bancário para pagar as dívidas do marido entretanto falecido: “herdei as dívidas mas não herdei nada para as pagar”. Os indivíduos, em particular os com crianças a seu encargo, mostram-se preocupados com a gestão das despesas ligadas à educação, como por exemplo quando ocorre um aumento das mensalidades escolares.

Quando à importância do aquecimento da habitação temos várias opiniões. Os indivíduos que vivem em casa com deficiências no isolamento térmico ou que têm crianças referem que durante o Inverno é que aquecem a casa. No entanto, importa referir que os equipamentos utilizados para o aquecimento da casa são exclusivamente os eléctricos, pois são os mais fáceis de adquirir ou que são oferecidos por familiares. Por sua vez, este facto interfere com o pagamento da electricidade cujo valor da factura aumenta nestes meses. Um dos inquiridos referiu ter pedido à EDP para efectuar o pagamento da factura em várias parcelas devido ao aumento do valor da factura. Por outro lado, temos um grupo de inquiridos que não usa aquecimento porque não quer aumentar a despesa com electricidade ou então porque não sente necessidade, usando outras formas para se aquecer, como mantas, etc.

Ter televisão a cores, telefone/telemóvel e máquina de lavar roupa é normal e indispensável para estes indivíduos. Quando os questionámos sobre terem televisão, a maioria referiu que é a única forma de lazer que tem pois não possui capacidade financeira para frequentar espectáculos ou cinema. Tentou-se perceber que outras actividades de lazer e sociais tinham os inquiridos, uma vez que estas podem facilitar a integração do indivíduo na sociedade. Concluimos que alguns destes indivíduos, em especial os idosos e os que vivem sozinhos, frequentam actividades de carácter religioso assim como também participam em actividades organizadas pelas associações e as instituições da freguesia.

O telefone/telemóvel para os inquiridos serve essencialmente para falar com os familiares que estão longe ou para dar recados. Os inquiridos que são imigrantes são os que mais utilizam o telefone para manter contacto com a família distante e obter notícias suas pois nunca mais voltaram ao seu país de origem. Estes últimos referem que ter telefone é uma das suas prioridades pois só assim conseguem manter os laços familiares e obter algum conforto afectivo.

Durante a aplicação do inquérito foi questionado também se possuem computador com ligação à internet (sabendo-se à partida, através do Eurostat, 2010a, que a utilização da internet é baixa entre os indivíduos pobres). Apurámos que apenas cinco dos vinte e nove inquiridos têm computador com ligação à internet em casa. Na generalidade são agregados familiares com crianças e jovens em idade escolar. Estes inquiridos referem que possuem esse serviço uma vez que “hoje em dia é preciso computador e internet para os estudos”. Salienta-se que a falta de acesso à internet cria exclusão ao nível do acesso à informação e à enorme quantidade de serviços disponibilizados on-line.

Os bens referidos assim como a máquina de lavar roupa, são bens duráveis que todos os agregados familiares em estudo possuem. Assim, quando os inquiridos hierarquizaram as várias necessidades que lhes foram apresentadas a necessidade de adquirir estes bens ficou numa posição intermédia, mostrando que para estes indivíduos não é uma dificuldade uma vez que já possuem estes bens.

Quando questionámos os inquiridos sobre terem carro próprio, apenas 3 indivíduos indicaram possuir um. A maioria dos inquiridos não tem carro pois para além de ser “mais uma despesa”, “vivem perfeitamente sem ele pois nunca tiveram carro na sua vida”. Podemos concluir que os inquiridos dão menos importância a ter carro próprio que ao resto das outras dificuldades que lhes foram apresentadas. Os indivíduos que possuem carro referiram que têm carro pois estes foram comprados “quando tinham uma boa situação financeira” mas que “viviam perfeitamente sem ele pois está parado na maioria das vezes”. Estes indivíduos não têm capacidade para manter um carro quer a nível da manutenção quer pelos seguros necessários. Por isso “dividem as despesas do carro com outros colegas ou familiares, uma vez que partilham o carro para ir trabalhar ou noutras ocasiões”. Conclui-se assim que, na generalidade, para estes indivíduos, ter carro é supérfluo.

Os inquiridos consideram que passar uma semana de férias fora de casa é totalmente supérfluo quando têm “despesas para pagar muito mais importantes para eles”, como as despesas relacionadas com a habitação, a alimentação e a saúde. Quando questionados sobre como passam a suas férias, indicam que “aproveitam para ir visitar familiares ou para resolver assuntos que não conseguem no dia-a-dia”. Só os elementos de agregados familiares com crianças é que referiram fazer “um esforço para levar os meninos à praia pelo menos um dia” ou então que recorrem a amigos ou familiares que vão de férias para levarem as crianças. Percebe-se que fazer uma semana de férias fora de casa é quase irrereal no contexto sócio económico destes indivíduos e que é algo está completamente ausente das suas principais preocupações.

No gráfico 6 apresentam-se os resultados do cálculo dos indicadores de privação material para este grupo de indivíduos. Verifica-se que 93% dos inquiridos vive em situação de privação material, ou seja, tem dificuldade em aceder a pelo menos três dos nove itens indicados. A percentagem de indivíduos em situação de privação material severa é de cerca de 52%: entenda-se que estes indivíduos têm dificuldade de acesso a pelo menos quatro dos 9 itens considerados. Ao analisar a percentagem de indivíduos que tem dificuldade de acesso a cada item, podemos concluir que: 100% tem dificuldade em passar uma semana de férias fora de casa; 89,7% não tem disponibilidade financeira para comprar um automóvel por motivos financeiros; 86,2% tem dificuldade em pagar despesas não previstas; 58,6% não tem capacidade financeira para manter a casa aquecida; 51,7% atrasa os pagamentos das despesas relativas à habitação por motivos financeiros; 51,7% não tem capacidade para ter uma refeição de carne ou peixe pelo menos de 2 em 2 dias.

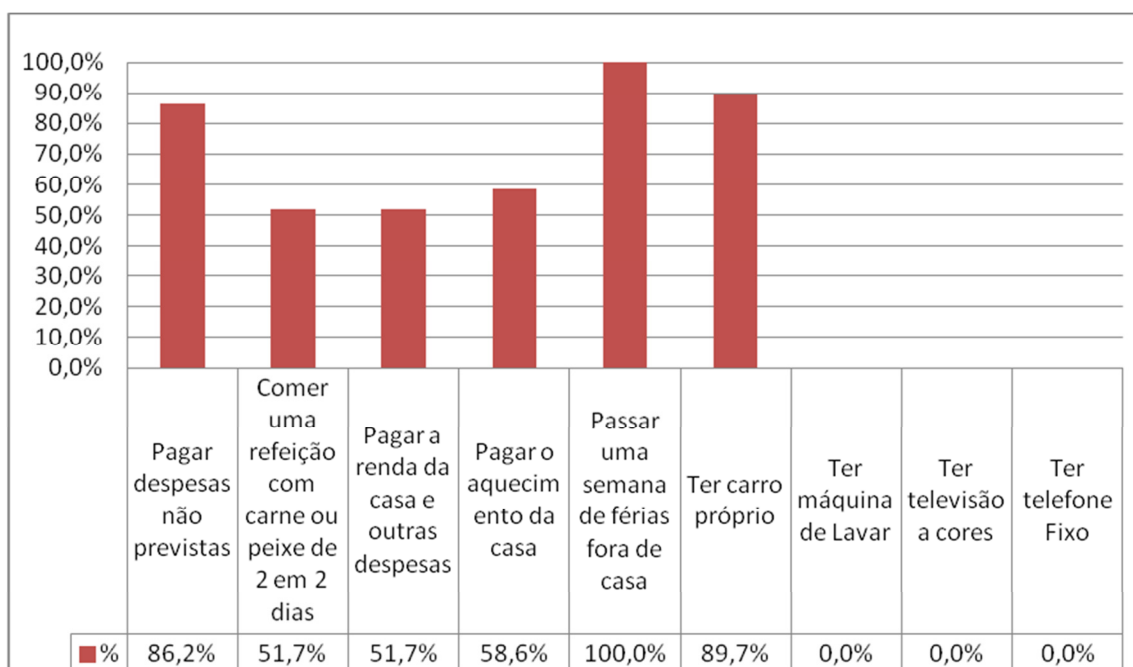


Gráfico 6 - Privação material por item (%)

Importa salientar que todos os inquiridos têm disponibilidade financeira para adquirir televisão a cores, telefone ou telemóvel e máquina de lavar. Através desta constatação percebe-se que os indicadores de privação material actualmente definidos pelo Eurostat podem não se adequar à medição da exclusão social e da pobreza em diferentes contextos e realidades. É de considerar que os indivíduos estudados vivem numa situação de pobreza urbana comum nos centros urbanos, associada ao desemprego, precariedade no trabalho e aos baixos rendimentos. Neste caso específico faria sentido medir e analisar outras dimensões de privação material deixando de parte a disponibilidade financeira para adquirir bens como televisão a cores, telefone/telemóvel e máquina de lavar.

Quando questionados sobre o rendimento que gostariam de auferir, o valor que foi mais vezes mencionado foi o de 600 euros. Os inquiridos referiram que com esse montante já poderiam, para além de pagar todas as suas despesas, ainda poupar para eventuais despesas não esperadas. Importa referir que apenas um inquirido referiu não saber que valor mensal necessitava para viver numa situação considerada, por si próprio, confortável. Todos os

outros indicaram um valor para o rendimento que gostariam de auferir, demonstrando que têm total percepção dos seus encargos e da sua situação actual.

Ora, os 9 indicadores de privação material da UE consideram como iguais vários tipos de despesas. Medem a capacidade de fazer frente às despesas correntes de um agregado familiar, como a renda ou a alimentação mas também medem por exemplo a capacidade de adquirir um bem duradouro como um carro, o que poderá ser considerado como um outro tipo de consumo/investimento. Importa referir, também, que em muitos casos os indivíduos dão importância a possuir bens como carro ou televisão (apenas não têm capacidade financeira para os adquirir), o que pode trazer suscitar dúvidas analíticas. Este aspecto, já atrás referido, conduz à interrogação sobre se é correcto dar o mesmo peso aos indicadores de privação material.

As necessidades materiais variam de agregado para agregado, pois são o resultado das situações individuais de cada um dos elementos do agregado familiar. Esta heterogeneidade das necessidades dos agregados familiares e dos indivíduos e do seu modo de vida varia de acordo com os meios social, económico e cultural onde se encontram inseridos. Outros aspectos podem influenciar a forma como os agregados familiares dão prioridade às necessidades que sentem, tais como: a dimensão e a composição do agregado; o estado de saúde dos indivíduos do agregado familiar; a necessidade ou não de utilizar transportes públicos.

Conclui-se, assim, que os indicadores de privação material deveriam ser adaptados à diversidade de condições, hábitos e costumes dos diversos países que compõem a União Europeia. Estes indicadores apenas medem aspectos relacionados com a aquisição material de bens, não reflectindo outras dimensões da exclusão social tais como as relacionadas com a saúde, a educação e a participação do indivíduo na sociedade.

Conclusão

Neste trabalho, através de um Estudo de Caso específico, pretendeu-se aferir se os indicadores de privação material definidos pelo Eurostat caracterizam bem os indivíduos em situação de pobreza em Portugal. Importa salvaguardar que o nosso Estudo de Caso tem carácter essencialmente indicativo, uma vez que apenas foram inquiridos 29 indivíduos representantes dos agregados familiares que recebem ajuda alimentar da Fundação CEBI. Em seguida apresentam-se as principais conclusões:

1. Conclui-se que o estudo da pobreza e da exclusão social em qualquer universo ou realidade não se pode limitar à medição e avaliação do fenómeno apenas com base em indicadores de privação monetária. Considera-se, assim, que os indicadores de Pobreza monetária mostram uma abordagem incompleta do fenómeno, negligenciando os factores multidimensionais da pobreza. Será necessário complementá-los com indicadores de outra natureza, como é o caso dos indicadores de privação material.
2. Salienta-se que 28 dos 29 indivíduos representantes são mulheres, o que demonstra que nos agregados familiares estudados são as mulheres que se encontram mais fortemente ligadas aos encargos domésticos e com a família, procurando ajuda junto das instituições. Importa referir que em Portugal as mulheres têm maior risco de cair na pobreza uma vez que a taxa de risco de pobreza nas mulheres é 1,1%. superior à dos homens.
3. Através do inquérito realizado concluímos que a escassez de rendimentos condiciona os indivíduos em estudo no que respeita à obtenção de uma habitação confortável e no acesso aos cuidados de saúde. Na sua generalidade são indivíduos com níveis de escolaridade baixos devido a saídas precoces do sistema educativo, o que, por sua vez, parece dificultar a sua inserção no mercado de trabalho. A falta de qualificações escolares e profissionais leva a que estes indivíduos se

sujeitem a situações de emprego mais precárias, com destaque para as áreas dos serviços domésticos e da restauração.

4. Aplicando os indicadores de privação material e de privação severa definidos pelo Eurostat, no grupo de estudo em análise foi possível obter uma caracterização da sua situação de privação material. No entanto, importa referir que os indicadores de privação que avaliam a disponibilidade financeira para adquirir televisão a cores, máquina de lavar roupa e telefone ou telemóvel não se adequam à realidade estudada neste trabalho, uma vez que todos os inquiridos possuíam estes bens, condicionando assim a análise. Importa, assim, reflectir se os indicadores referenciados pelo Eurostat para a medição da pobreza deveriam ter o mesmo peso ou se, pelo contrário, deveriam ter graus de importância diferentes. Conclui-se que a escolha dos indicadores de privação material condiciona a avaliação da pobreza e da exclusão social, sendo que aqueles deveriam ser adaptados às diferentes realidades em que são aplicados.

5. Através do nosso Estudo de Caso percebemos que existem domínios da exclusão social como a educação e a saúde, que não são possíveis de medir utilizando os indicadores definidos pelo Eurostat. Os inquiridos referiram várias vezes não ter disponibilidade financeira para recorrer a serviços de saúde, assim como a bens e serviços relacionados com a educação dos seus filhos. Conclui-se ser então necessário rever a metodologia utilizada na medição do fenómeno da exclusão social para que sejam avaliadas outras dimensões da pobreza para além das já definidas.

6. Quando se estudam fenómenos tão complexos e multidimensionais como a exclusão social, são várias as questões que se colocam e que poderiam servir de base para trabalhos futuros. É nomeadamente o caso da pesquisa sobre: se os actuais indicadores de privação material são os mais adequados para medir a pobreza e a exclusão social em Portugal e nos restantes países da União Europeia; se aqueles deveriam ter pesos diferentes (e quais, se tal fizer sentido como já se intui neste trabalho) em

conformidade com as diversas realidades estudadas; que outras dimensões da exclusão social importam analisar e em que casos.

Referências Bibliográficas

- Comissão Europeia (2010), “Comunicação da comissão da Europa 2020 - Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusive”, Bruxelas.
- Conselho de Ministros (2011), PORTUGAL 2020 – Programa Nacional de Reformas, Lisboa.
- Eurostat (2010a), “Combating poverty and social exclusion- A statistical portrait of the European Union 2010”, European Union.
- Eurostat (2010b), “Income and living conditions in Europe”, News release nr.190/2010 - 13 December 2010. European Union.
- Eurostat (2010c), “Income poverty and material deprivation in European countries”, European Union.
- Eurostat (2010d), “Income and living conditions in Europe”, coord. Anthony B. Atkinson and Eric Marlier; 2010, European Union.
- Instituto Nacional de Estatística (2010), “Sobre a Pobreza, as Desigualdades e a Privação Material em Portugal”, Lisboa.
- Instituto Nacional de Estatística (2011), “Destaque Rendimento e Condições de Vida - 2010”, Lisboa.
- Pereirinha, J. (1996), “Pobreza e Exclusão social: algumas reflexões sobre conceitos e aspectos de medição”, in J. Amaral (ed.), *Entre a Economia e a Sociologia*, Oeiras, Celta, pp. 208-232.
- Rodrigues, C.F., Andrade, I.; (2010), “Monetary Poverty, Material Deprivation and Consistent Poverty in Portugal”, CEMAPRE, Instituto de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Rodrigues, E.V.R., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M.M., Januário, S., (1999) “A Pobreza e Exclusão Social - Teorias, Conceitos e Políticas em Portugal” in Sociologia, n.º 9, Porto, FLUP

Sites

- http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/3-13122010-AP/EN/3-13122010-AP-EN.PDF (acedido em 27 de Março 2010)
- <http://www.fcebi.org/> (acedido em 26 de Julho 2010)
- <http://www.2010combateapobreza.pt> (acedido em 20 de Abril 2010)
- http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe_area?p_cot_id=6578 (acedido em 15 de Maio de 2011)

Base de dados

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/income_social_inclusion_living_conditions/data/database (acedido a 8 de Agosto de 2011)

Anexos

Anexo A

Anexo A.1. Taxa de risco de pobreza, 2009

	Taxa de risco de pobreza (%)
EU27	16,3
Euro área (EA16)	15,9
Letónia	25,7
Roménia	22,4
Bulgária	21,8
Lituânia	20,6
Grécia	19,7
Estónia	19,7
Espanha	19,5
Itália	18,4
Portugal	17,9
Reino Unido	17,3
Polónia	17,1
Chipre	16,2
Alemanha	15,5
Malta	15,1
Irlanda	15,0
Luxemburgo	14,9
Bélgica	14,6
Finlândia	13,8
Suécia	13,3
Dinamarca	13,1
França	12,9
Hungria	12,4
Áustria	12,0
Eslovénia	11,3
Países Baixos	11,1
Eslováquia	11,0
República Checa	8,6
Suíça	15,1
Noruega	11,2
Islândia	10,2

Fonte: Eurostat (ilc_li01 and ilc_li02) , dados consultados a 8 Agosto de 2011

Anexo A.2 – Privação Material, proporção de pessoas que não podem pagar os itens seleccionados.

	Privação Severa	Privação Material
União Europeia (27 países)	8,1	9,0
União Europeia (16 países)	5,6	7,9
Bulgária	41,9	13,6
Roménia	32,2	17,1
Letónia	21,9	17,8
Hungria	20,8	20,1
Lituânia	15,1	11,9
Polónia	15,0	14,5
Eslováquia	11,1	13,4
Grécia	11,0	12,0
Portugal	9,1	12,4
Chipre	7,9	13,4
Itália	7,0	8,6
Estónia	6,2	10,8
Republica Checa	6,1	9,5
Irlanda	6,1	10,9
Eslovénia	6,1	10,1
França	5,6	8,0
Alemanha	5,4	7,1
Bélgica	5,2	6,2
Áustria	4,8	6,1
Malta	4,7	10,0
Espanha	3,5	7,9
Reino Unido	3,3	6,9
Finlândia	2,8	5,4
Dinamarca	2,3	3,7
Suécia	1,6	3,3
Países baixos	1,4	3,8
Luxemburgo	1,1	2,9
Noruega	2,2	2,9
Suíça	2,1	4,6
Islândia	0,8	2,5

Fonte: Eurostat (ilc_sip8) dados consultados a 8 Agosto de 2011

Anexo A.3 – Pessoas que vivem em agregados familiares com baixa intensidade de trabalho, 2009

EU-27	9,0
Irlanda	19,8
Reino Unido	12,6
Bélgica	12,3
Hungria	11,3
Alemanha	10,8
Itália	8,8
Dinamarca	8,5
Malta	8,4
França	8,3
Países Baixos	8,3
Finlândia	8,2
Roménia	7,7
Áustria	7,2
Espanha	7,0
Bulgária	6,9
Lituânia	6,9
Polónia	6,9
Portugal	6,9
Letónia	6,7
Grécia	6,5
Luxemburgo	6,3
Suécia	6,2
República Checa	6,0
Estónia	5,6
Eslovénia	5,6
Eslováquia	5,6
Chipre	4,0
Noruega	6,7
Suíça	3,4
Islândia	2,1

Fonte: Eurostat (t2020_51) dados consultados a 8 Agosto de 2011

Anexo A.4 - Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, por actividade, 2009

	População Total	Empregados	Não Empregados	Desempregados	Reformados	População Inactiva
EU-27	15,2	8,4	23,0	45,3	15,4	26,9
Euro area (EA-16)	14,9	8,1	22,5	44,7	13,8	26,5
Bélgica	14,0	4,6	23,9	33,4	17,8	26,7
Bulgária	21,1	7,4	36,9	52,2	36,5	24,0
Republica Checa	7,4	3,2	12,9	46,9	7,1	13,0
Dinamarca	13,4	5,9	24,3	41,1	18,6	31,1
Alemanha	14,9	6,8	23,9	62,0	14,9	25,4
Estónia	19,5	8,1	36,5	55,1	37,9	30,0
Irlanda	13,8	5,3	22,5	28,1	15,5	23,3
Grécia	18,8	13,8	23,9	38,1	18,4	26,5
Espanha	18,8	11,4	27,5	38,4	19,3	29,0
França	11,4	6,7	16,9	37,7	8,7	26,6
Itália	17,1	10,2	23,4	40,8	13,7	27,4
Chipre	17,2	7,0	32,3	32,8	47,8	20,1
Letónia	25,5	11,2	46,4	56,7	51,2	31,9
Lituânia	19,8	10,4	32,7	54,3	27,6	33,5
Luxemburgo	12,7	10,0	16,1	45,3	5,5	19,6
Hungria	10,2	6,2	14,0	47,3	4,0	18,9
Malta	13,8	6,0	20,9	33,9	19,2	20,4
Países Baixos	9,6	5,0	16,0	41,7	6,7	22,3
Áustria	11,6	6,0	18,7	38,0	14,2	21,0
Polónia	15,9	11,0	21,2	42,1	12,3	26,8
Portugal	16,7	10,3	24,4	37,0	17,4	29,9
Roménia	19,8	17,6	22,3	46,4	15,7	30,7
Eslovénia	10,9	4,8	18,2	43,6	17,4	10,9
Eslováquia	9,6	5,2	15,2	48,6	8,9	15,9
Finlândia	14,1	3,7	27,2	51,4	21,7	31,2
Suécia	13,3	6,9	23,6	39,0	17,6	33,4
Reino Unido	16,1	6,7	28,6	50,7	24,0	31,6
Islândia	9,9	7,7	17,4	29,3	14,8	18,5
Noruega	11,7	5,7	23,0	38,8	13,6	32,1
Suíça	14,7	8,3	27,3	39,7	29,6	22,0
Croácia	17,8	7,6	26,6	37,2	24,2	26,5

: em falta

Fonte: Eurostat (ilc_li04), dados consultados a 8 Agosto de 2011

**Anexo A.5- Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, por sexo,
(2006-2009)**

	Homens				Mulheres			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
EU-27	15,7	15,9	15,5	15,4	17,2	17,5	17,4	17,1
Euro area (EA-16)	14,5	15,1	14,8	14,9	16,4	17,1	16,8	16,8
Bélgica	13,7	14,4	13,6	13,4	15,6	15,9	15,9	15,7
Bulgária	17,3	20,9	19,8	19,8	19,3	23,0	22,9	23,7
Republica Checa	8,9	8,7	8,0	7,5	10,8	10,5	10,1	9,5
Dinamarca	11,4	11,3	11,7	13,0	12,0	12,0	12,0	13,3
Alemanha	12,1	14,1	14,2	14,7	13,0	16,3	16,2	16,3
Estónia	16,3	16,7	16,5	17,5	19,9	21,7	22,0	21,6
Irlanda	17,5	16,0	14,5	14,9	19,5	18,5	16,4	15,1
Grécia	19,5	19,6	19,6	19,1	21,4	20,9	20,7	20,2
Espanha	18,5	18,5	18,3	18,3	21,3	20,9	21,0	20,6
França	12,3	12,8	11,9	12,0	14,0	13,4	13,4	13,7
Itália	18,0	18,4	17,1	17,0	21,1	21,3	20,1	19,8
Chipre	13,5	13,5	14,0	14,4	17,7	17,4	18,3	17,9
Letónia	21,1	19,3	23,1	24,2	24,8	22,7	27,7	27,0
Lituânia	19,1	16,7	17,6	19,1	20,8	21,2	22,0	21,9
Luxemburgo	13,8	12,9	12,5	13,8	14,3	14,1	14,3	16,0
Hungria	16,3	12,3	12,4	12,8	15,5	12,3	12,4	12,1
Malta	13,2	13,8	13,7	14,7	14,1	14,9	15,5	15,6
Países Baixos	9,5	9,6	10,5	10,8	9,9	10,7	10,4	11,3
Áustria	11,0	10,6	11,2	10,7	14,0	13,3	13,5	13,2
Polónia	19,7	17,6	17,0	16,9	18,5	17,1	16,7	17,4
Portugal	17,7	17,2	17,9	17,3	19,1	19,0	19,1	18,4
Roménia	:	24,3	22,4	21,4	:	25,3	24,3	23,4
Eslovénia	10,3	10,0	11,0	9,8	12,9	12,9	13,6	12,8
Eslováquia	11,8	9,8	10,1	10,1	11,5	11,2	11,5	11,8
Finlândia	12,1	12,1	12,7	12,9	13,1	13,8	14,5	14,7
Suécia	12,3	10,5	11,3	12,0	12,3	10,6	13,0	14,5
Reino Unido	18,0	17,7	17,4	16,8	20,0	20,0	20,0	17,9
Islândia	9,1	8,9	9,5	9,3	10,1	11,0	10,7	11,1
Suíça	:	:	:	13,5	:	:	:	16,7
Croácia	16,0	16,0	15,4	16,0	18,0	19,0	19,0	19,7
Noruega	10,0	10,6	9,9	9,6	12,6	14,1	12,9	12,6

: em falta

Fonte: Eurostat (ilc_li02) dados consultados a 8 Agosto de 2011

Anexo B

Anexo B.1. Questionário

Instituto Superior de Economia e Gestão
Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

Este Inquérito tem como objectivo recolher informação sobre Percepções de Exclusão Social, Pobreza e Privação Material que posteriormente será analisada e trabalhada de forma a enriquecer o Trabalho Final da Mestranda Carla Carrapiço, sobre o Tema “Relação entre Indicadores e Percepções de Exclusão Social”.

Responda ao Inquérito assinalando a resposta que considera mais adequada com (X).

1.Freguesia de Residência

Alverca ☐

Outra. Qual? _____ ☐

2. Sexo

Feminino ☐

Masculino ☐

3. Idade

Menos de 15 anos ☐

15 a 24 anos ☐

25 a 34 anos ☐

35 a 44 anos ☐

45 a 54 anos ☐

55 a 64 anos ☐

65 a 74 anos ☐

75 a 84 anos ☐

85 anos ou mais ☐

4.Nacionalidade

Portuguesa ☐

Outra. Qual? _____ ☐

5.Grau de instrução

Analfabeto ☐

Sabe ler e escrever ☐

Ensino Básico - 1º Ciclo (4º ano incompleto) ☐

Ensino Básico - 1º Ciclo (4º ano completo) ☐

Ensino Básico - 2º Ciclo (6º ano incompleto) ☐

Ensino Básico - 2º Ciclo (6º ano completo) ☐

Ensino Básico - 3º Ciclo (9º ano incompleto) ☐

Ensino Básico - 3º Ciclo (9º ano completo) ☐

Relação entre Indicadores de Pobreza e Percepções de Pobreza

	Ensino Secundário (12º ano incompleto)	<input type="text"/>
	Ensino Secundário (12º ano completo)	<input type="text"/>
	Curso médio	<input type="text"/>
	Bacharelato	<input type="text"/>
	Licenciatura Completa	<input type="text"/>
	Licenciatura Incompleta	<input type="text"/>
	Mestrado	<input type="text"/>
	Doutoramento	<input type="text"/>
6.Estado Civil	Solteiro	<input type="text"/>
	Casado	<input type="text"/>
	União de facto	<input type="text"/>
	Separado de facto	<input type="text"/>
	Divorciado	<input type="text"/>
	Viúvo	<input type="text"/>
7.Situação Profissional	Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresas	<input type="text"/>
	Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	<input type="text"/>
	Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	<input type="text"/>
	Pessoal Administrativo e Similares	<input type="text"/>
	Pessoal dos Serviços e Vendedores	<input type="text"/>
	Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	<input type="text"/>
	Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	<input type="text"/>
	Operadores de Instalações e Máquinas e	<input type="text"/>
	Trabalhadores da Montagem	<input type="text"/>
	Trabalhadores não Qualificados	<input type="text"/>
	Membros das Forças Armadas	<input type="text"/>
	Estudantes	<input type="text"/>
	Reformados	<input type="text"/>
	Desempregado	<input type="text"/>
	Doméstica	<input type="text"/>
8. Rendimento mensal líquido do agregado familiar	< € 305	<input type="text"/>
	De € 305 a € 600	<input type="text"/>
	De € 605 a € 997	<input type="text"/>
	De € 1000 a € 1745	<input type="text"/>
	Mais de € 1750	<input type="text"/>
9.Quantas pessoas constituem o seu agregado familiar?		<input type="text"/>

Relação entre Indicadores de Pobreza e Percepções de Pobreza

	Nº de Homens	<input type="text"/>
	Nº de Mulheres	<input type="text"/>
10. Quantas crianças têm o seu agregado familiar?		<input type="text"/>
10.1. Idade das crianças	0-3 anos	<input type="text"/>
	4-7 anos	<input type="text"/>
	8-11 anos	<input type="text"/>
	12-15 anos	<input type="text"/>
11. Quantas pessoas estão desempregadas no seu agregado familiar?		<input type="text"/>
	Nº de Homens	<input type="text"/>
	Nº de Mulheres	<input type="text"/>
12. Onde vive?	Casa Própria	<input type="text"/>
	Casa Arrendada	<input type="text"/>
	Casa de Familiares	<input type="text"/>
	Casa de Amigos	<input type="text"/>
	Outra. Qual? _____	
13. Como considera o estado de conservação da sua habitação?		<input type="text"/>
	Casa Degradada	<input type="text"/>
	Casa modesta	<input type="text"/>
	Em boas condições	<input type="text"/>
	Casa média	<input type="text"/>
	Casa boa	<input type="text"/>
	Casa muito boa	<input type="text"/>
	Outra. Qual? _____	
14. Qual dos seguintes expressões correspondem a sua situação actual:		<input type="text"/>
	Miséria	<input type="text"/>
	Pobreza	<input type="text"/>
	À beira da pobreza	<input type="text"/>
	Situação suportável	<input type="text"/>
15. Indique três problemas constantes no seu dia-a-dia:	Não poder pagar despesas não previstas (seguros, despesas de saúde, arranjo de electrodomésticos)	<input type="text"/>
	Não poder pagar uma semana de férias anuais fora de casa	<input type="text"/>

Relação entre Indicadores de Pobreza e Percepções de Pobreza

Não desfrutar de actividades de Lazer (cinema, teatro, concertos, museus...)	
Não cumprir o pagamento das contas (renda, água, electricidade)	
Não poder adquirir equipamentos electrónicos/electrodomésticos	
Não participar em actividades sociais (festas, missa,...)	
Não ter carro	
Dificuldade no acesso à educação e em suportar despesas com educação	
Viver familiarmente com rendimento mensal abaixo do rendimento médio mensal nacional (800 €)	
Não poder comprar habitação própria	
Não poder comer todos os dias uma refeição de carne ou peixe	
Não poder ir ao médico sempre que necessita devida a questões financeiras	

16. Quando se deparra com os problemas que indicou na questão 15 a quem pede auxílio?

Família
Amigos
Vizinhos
Instituições

Outra. Qual? _____

17. Quais dos seguintes itens têm maior importância para si no seu dia-a-dia (1 mais importante, 9 menos importante)?

Conseguir fazer face a despesas não previstas
Comer uma refeição com carne ou peixe 2 em 2 dias
Pagar a renda da casa e outras despesas (água, electricidade)
Pagar o aquecimento da casa
Passar uma semana de férias fora de casa
Ter carro próprio
Ter máquina de Lavar Roupa
Ter televisão a cores
Ter telefone Fixo
Ter telemóvel
Ter acesso à Internet
Ter computador

18. Qual pensa que seria o valor mínimo que precisaria de receber mensalmente para fazer face às suas necessidades mais básicas

